



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM
RORAIMA**

18º PROCESSO SELETIVO

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

01 – Tendo em mente as regras de uso das letras “x” e “ch”, indique a alternativa em que alguma palavra NÃO foi escrita corretamente.

- a) frouxo, recauchutar, caixote.
- b) enchente, enxame, enxaqueca.
- c) salsicha, xampu, xavante.
- d) vexame, praxe, enxada.
- e) bucha, cachimbo, pexincha.

02 – Considerando as regras quanto ao uso das letras “e”, “i”, “o” e “u”, indique a alternativa em que alguma palavra NÃO foi escrita corretamente.

- a) continue, espontaneidade, suar.
- b) atrai, soar, instantâneo.
- c) seriíssimo, sortir, possui.
- d) emergir, imergir, retribui.
- e) efetue, corrói, atue.

03 – Julgue a assertividade das afirmações seguintes e faça o que se pede em seguida.

- 1. Espectador é o que está na expectativa, enquanto expectador é o que presencia.
- 2. Expiar significa olhar, ver, espreitar. Porém espiar significa pagar uma culpa ou sofrer castigo.
- 3. Intenção ou tenção diz respeito a propósito ou finalidade, mas intensão ou tensão nos traz ideia de intensidade ou esforço.
- 4. Acento refere-se a inflexão de voz ou sinal gráfico, enquanto assento diz respeito a lugar para se sentar.
- 5. Delação tem a ver com denúncia ao passo que dilação tem relação com a ideia de adiamento ou expansão.

Indique o número de itens CORRETOS:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

04 – Identifique como resposta, dentre as alternativas abaixo, a única que contém afirmação EQUIVOCADA concernente às regras de uso do hífen, bem como às de acentuação gráfica.

- a) Pelas regras ortográficas vigentes relativas ao uso do hífen, as palavras “autoaprendizagem”, “contraindicação”, “semiaberto”, “inter-relação” e “inter-regional” estão grafadas corretamente.
- b) É incorreto escrever vice-presidente, pró-desarmamento e ex-marido assim com o hífen.
- c) Pelas regras ortográficas vigentes relativas ao uso do hífen, as palavras “anti-inflamatório”, “micro-ondas” e “autoinstrução” estão grafadas corretamente.
- d) Não se emprega hífen em locuções de qualquer tipo, como “cão de guarda”, café com leite” e “pão de mel”. Exemplo de exceções a essa regra são as expressões “cor-de-rosa”, “pé-de-meia” e “à-queima-roupa”, já consagradas pelo uso.
- e) As palavras como “arguição”, “frequência” e “eloquente” assim escritas, não apresentam erros de acentuação gráfica.

05 – Quanto ao emprego da crase, julgue a assertividade das frases abaixo e em seguida aponte a alternativa CORRETA:

- 1. Obedeço à lei.
- 2. Esta é a casa à qual me referi.
- 3. Refiro-me àquele livro.
- 4. Refiro-me àquilo.
- 5. Não me refiro àquela casa da esquerda, mas à da direita.
- 6. O bom filho volta a casa todos os dias.
- 7. O bom filho volta à casa dos pais todos os dias.
- 8. À medida que estudamos, vamos entendendo a matéria.
- 9. Viajou em visita à terra dos antepassados.
- 10. A aula acabará a uma hora.
- 11. A aula acabará à uma hora.
- 12. A reunião será de 9 a 10 horas.
- 13. A reunião será das 9 às 10 horas.
- 14. A sessão prolongou-se até à meia-noite.
- 15. A sessão prolongou-se até a meia-noite.

Conclui-se que:

- a) Todas estão corretas.
- b) Todas estão erradas.
- c) Há quatro frases erradas.
- d) Há dez frases corretas.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores se aplica.

06 – O Código de Processo Civil de 2015 positivou, com mais clareza que a Lei antecedente, o princípio da primazia da decisão de mérito. Ou seja, a nova Lei deu preferência à decisão judicial que enfrenta e soluciona a lide. Indique qual das alternativas a seguir indica regra que NÃO foi adotada pelo Código de Processo Civil:

- a) Quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta.
- b) O Supremo Tribunal Federal ou o Superior Tribunal de Justiça poderá desconsiderar vício formal de recurso tempestivo ou determinar sua correção, desde que não o repute grave.
- c) Verificada a incapacidade processual de uma das partes, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício, não extinguindo imediatamente o procedimento.
- d) Não apenas o juiz, mas também as partes e demais sujeitos do processo devem cooperar para a obtenção de decisão de mérito justa, efetiva e tempestiva.
- e) Antes de considerar inadmissível o recurso, o relator concederá prazo de cinco dias ao recorrente para que seja sanado o vício. Todavia, não será possível qualquer complementação da documentação.

07 – Em seu art. 5o, LV, a Constituição Federal garantiu aos litigantes o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. Assinale a alternativa CORRETA acerca do tratamento normativo dessas garantias fundamentais no Código de Processo Civil:

- a) O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.
- b) Não é lícito ao juiz decidir contra uma parte sem antes ouvi-la, ainda que a decisão lhe seja inteiramente favorável.
- c) Em regra, o juiz deve, antes de decidir, dar às partes a oportunidade de se manifestar. Porém, caso se trate de matéria sobre a qual o juiz deve decidir de ofício, pode ele prolatar a decisão sem dar às partes a oportunidade de manifestação.
- d) O contraditório deve ser efetivo. Assim, caso o réu seja citado por edital e permaneça revel, o juiz deverá suspender o processo até que ele seja encontrado, suspendendo-se a prescrição.
- e) O contraditório, enquanto princípio orientador

do processo civil, deve ser observado previamente à tomada de qualquer decisão judicial. Assim, o juiz não pode deferir medida cautelar, em qualquer caso, sem antes ofertar à outra parte a possibilidade de manifestar-se.

08 – Dentre as assertivas seguintes a respeito do direito social à saúde, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) De acordo com o STF, é inconstitucional a Lei que autorizou o uso da fosfoetanolamina sintética (“pílula do câncer”) por pacientes diagnosticados com neoplasia maligna, mesmo sem estudos conclusivos sobre os efeitos colaterais e sem registro perante a ANVISA.
- b) De acordo com o STF, os prazos da licença-adotante não podem ser inferiores ao prazo da licença-gestante, pois a Constituição positivou o princípio da igualdade entre os filhos, não importando sua origem.
- c) Dentre os direitos sociais expressamente previstos na Constituição, figuram o direito à alimentação, à moradia e ao lazer.
- d) O direito fundamental à saúde é titularizado apenas pelos brasileiros, natos ou naturalizados. Aos estrangeiros se deferem atendimentos ou tratamentos de saúde com o único escopo de evitar a contaminação de brasileiros, limitando-se, assim, o acesso ao serviço público em questão.
- e) A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

09 – Conforme dispõe o art. 5º, I, da Constituição Federal, “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”. Indique, dentre as assertivas a seguir, a alternativa CORRETA:

- a) A Constituição dispõe expressamente que, para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher. Esse é o motivo pelo qual o STF não reconheceu a possibilidade de união estável entre pessoas do mesmo sexo.
- b) Qualquer lei que estabeleça tratamento diferenciado a mulheres será, por aplicação do princípio da igualdade, inconstitucional.
- c) Campanhas antidiscriminação da população LGBT ou elucidativas de seus direitos, quando promovidas pelo poder público, constituem

ideologia de gênero, sendo, por esse motivo, ilícitas.

d) Cabe à mulher, com primazia sobre o homem, zelar pela educação e pela saúde dos filhos.

e) A Constituição prevê diretamente, em alguns casos, tratamento diferenciado a homens e mulheres.

10 – De acordo com o art. 231, caput, da Constituição Federal, “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. Assinale a alternativa CORRETA:

a) São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

b) As terras indígenas são propriedades dos índios que nela habitam, os quais, porém, não poderão aliená-las.

c) Sendo os indígenas relativamente incapazes, são anuláveis os negócios jurídicos por eles praticados, salvo assentimento da FUNAI.

d) O título dominial de não índio sobre terreno inserido em terra indígena é válido, se preenchidos os requisitos registrares. Assim, deve-se indenizar seu titular pela perda da propriedade quando da demarcação da terra indígena.

e) Não há, no bloco de constitucionalidade brasileiro, regra que defina o prazo em que se deveria ter concluído a demarcação das terras indígenas no país.

11 – Acerca dos princípios de direito administrativo, das licitações e contratos administrativos, do controle da administração pública e da improbidade administrativa, julgue os itens a seguir e, ao final, assinale a alternativa CORRETA:

I) Quando a União pretende adquirir ou alugar um imóvel, a licitação, nesse caso, será dispensada, não havendo necessidade de motivação da escolha em hipóteses desse jaez.

II) Na situação em que a União eleva a carga tributária prejudicando determinado setor comercial, inclusive de sociedades empresárias por ela contratadas, estamos diante de um fato do

príncipe, que poderá fundamentar eventual alteração dos contratos administrativos em vigência com a Administração Pública Federal que digam respeito ao setor afetado.

III) O ato de improbidade administrativa que acarreta dano ao erário é punido a título de dolo ou culpa, ao passo que o ato de improbidade administrativa que provoca enriquecimento ilícito somente é punível quando praticado com dolo. Em ambos os casos, há de se comprovar a má-fé dos agentes envolvidos, segundo jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

IV) O princípio da impessoalidade é o fundamento único da vedação ao nepotismo em nosso ordenamento jurídico, o qual foi pedra de toque de súmula vinculante que trata do assunto.

V) No âmbito do controle judicial da administração pública, a ação de improbidade administrativa, de natureza mista – cível e criminal –, pode ser manejada pelo Ministério Público ou por qualquer do povo e terá necessariamente uma fase de defesa preliminar, à semelhança do rito comum ordinário do Código de Processo Penal, art. 396.

São afirmações CORRETAS:

a) I e IV;

b) I, II e IV;

c) II e III;

d) III e V;

e) II e V.

12 – Acerca dos temas poderes e atos administrativos, licitações e contratos administrativos, administração direta e indireta e improbidade administrativa, julgue os itens a seguir e, ao final, assinale a alternativa CORRETA:

I) O juízo acerca da conveniência e oportunidade na prática de um ato administrativo é típico do poder discricionário, o qual se limita pela necessidade de adequação do ato às finalidades previstas em lei e aos princípios a ela subjacentes.

II) A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos. No entanto, a nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

III) A teoria dos motivos determinantes indica que o ato administrativo discricionário, para ser válido, deve guardar perfeita correspondência entre as justificativas enunciadas para sua prática e a realidade dos fatos.

IV) É pressuposto para que se perfectibilize o ato de improbidade administrativa que haja a prévia aprovação ou rejeição das contas do agente ímprobo pelo Tribunal de Contas da União.

V) A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional Federal da 1ª Região já se encontra pacificada no sentido de que as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa não se aplicam aos prefeitos, durante o exercício do mandato, visto que estes, durante este período, sujeitam-se aos ditames do art. 2º do Decreto-Lei 201/1967, em consonância com o que dispõe o art. 29 da Constituição Federal.

São afirmações CORRETAS:

- a) I e IV;
- b) II, III e V;
- c) III, IV e V;
- d) I e III;
- e) I, II e III.

13 – Acerca das pessoas naturais e jurídicas, do domicílio e da prescrição, julgue os itens a seguir e, ao final, assinale a alternativa CORRETA:

I) O cidadão Cláudio Cruz, aos 17 anos, foi contratado por sociedade de economia mista da União, em um cargo de natureza administrativa de nível fundamental, submetido a relação de emprego, com vencimentos da ordem de R\$ 950,00 de salário mais vale-transporte de R\$ 200,00, o que lhe permite pagar o aluguel de sua casa e pagar as demais contas essenciais (alimentação, água, luz e telefone) e ser arrimo de família. Com ele, vivem outros dois irmãos que são seus dependentes econômicos. Na forma da lei civil, Cláudio Cruz é plenamente capaz.

II) Regina Lima é uma servidora pública federal estável, com rendimentos da ordem de R\$ 8.600,00 mensais. Há dois anos e meio, em razão de um quadro depressivo, entregou-se ao vício dos jogos de azar. Segundo a família, não tem condições de reger sua própria vida financeira, embora ainda compareça ao serviço com regularidade. Para a lei civil, Regina é incapaz para todos os atos da vida civil, inclusive para o exercício do seu mister profissional.

III) Jorge da Silva é um cidadão de 45 anos de idade, servidor público já há quinze anos, e provou

sua primeira bebida alcoólica aos 25 anos. Desde então, embriaga-se com frequência e chama atenção de seus amigos e família. No serviço público, seu quadro de alcoolismo foi diagnosticado pela junta médica, o que ensejou sua licença para tratamento da própria saúde, que já perdura por sete meses. Jorge, pela lei civil, pode ser considerado relativamente incapaz.

IV) A senhora Mariângela Bezerra reside há 25 anos no bairro Centro, em Boa Vista, Roraima. Durante um período de 3 meses, passou a residir com sua irmã no bairro Caçari, em regime alternado (passava três dias da semana na casa da irmã e outros quatro dias da semana em sua casa), enquanto sua irmã se recuperava de uma doença. Nessa situação, Mariângela mudou de domicílio.

V) Diogo Costa, brasileiro, diplomata inicialmente lotado em Brasília, foi transferido para a Croácia, a fim de ali exercer suas atividades por dois anos. Enquanto morou em Brasília, cinco meses antes de sair do país, Diogo sofreu acidente de carro e, até o momento em que se transferiu para Zagreb, na Croácia, o seguro de seu carro não havia coberto os danos decorrentes do acidente. Na hipótese em comento, o prazo prescricional de que dispõe Diogo contra a seguradora não está em curso.

São afirmações CORRETAS:

- a) I e III;
- b) I, III e V;
- c) II e IV;
- d) I, II e IV;
- e) I, II, III e V.

14 – Acerca das pessoas naturais e jurídicas e da responsabilidade civil, julgue os itens a seguir e, ao final, assinale a alternativa CORRETA:

I) A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.

II) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.

III) Se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até ao fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à

importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu. O prejudicado, nesse caso, não poderá exigir que a indenização seja arbitrada e paga de uma só vez.

IV) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.

V) As associações públicas são pessoas jurídicas de direito privado equiparadas às pessoas jurídicas de direito público interno.

São afirmações CORRETAS:

- a) II e III;
- b) I, III e IV;
- c) II e V;
- d) I, II e IV;
- e) I, II e V.

15 – Sobre a aplicação da lei penal, analise as afirmativas a seguir.

I. Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

II. Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

III. O dia do começo inclui-se no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.

Estão CORRETAS as afirmativas:

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, apenas.

16 – Em relação ao chamado tráfico privilegiado, previsto no artigo 33, § 4º, da Lei nº11.343/2006, considerando-se também o entendimento dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

- a) não admite a conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos.
- b) não admite suspensão condicional do processo.
- c) admite transação penal.
- d) não admite fiança.
- e) exige cumprimento da pena em regime inicial fechado.

17 – Augusto, diretor de uma repartição pública, por estar distraído, esquece a porta do cofre ali existente destrancada. Alexandre, outro funcionário público que ali trabalha, valendo-se da facilidade de acesso ao local em razão de seu cargo, percebe o ocorrido e subtrai bens particulares que ali estavam guardados. De acordo com esta situação,

- a) Augusto e Alexandre responderão pelo crime de peculato-furto em concurso de agentes.
- b) Augusto cometeu o crime de furto culposo, enquanto Alexandre praticou o crime de furto qualificado, considerando que os bens subtraídos do cofre eram particulares.
- c) Augusto praticou o crime de peculato culposo, ao passo que Alexandre responderá pelo crime de peculato mediante erro de outrem.
- d) Augusto cometeu o crime de peculato culposo e Alexandre praticou o crime de peculato-furto.
- e) Augusto não cometeu crime algum, em razão da ausência de dolo. Alexandre responderá pela prática de peculato-apropriação.

18 – Concluído o inquérito policial pela Polícia Federal, o órgão do Ministério Público Federal requer o arquivamento do processado, por entender que o fato apurado não constitui crime. Caso o Juiz Federal discorde dos fundamentos invocados pelo Parquet deverá:

- a) encaminhar o inquérito policial à Corregedoria do Ministério Público Federal.
- b) indeferir o arquivamento do inquérito policial.
- c) remeter o inquérito policial à Câmara de Coordenação e Revisão pertinente.
- d) indeferir o pedido de arquivamento e remeter cópias ao Procurador-Geral da República e ao Corregedor-Geral do Ministério Público Federal.
- e) remeter o inquérito policial à Polícia Federal para prosseguir na investigação.

19 – O Código de Processo Penal dispõe que no regime da prisão preventiva

- a) é vedada a decretação da prisão preventiva antes do início do processo criminal.
- b) a decretação da prisão preventiva como garantia da ordem pública requer indício suficiente da existência do crime.
- c) a prisão preventiva decretada por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal possuem relação de cautelaridade com o processo penal.
- d) a reincidência é irrelevante para a admissão da prisão preventiva.

e) a gravidade do delito dispensa a motivação da decisão que decreta a prisão preventiva.

20 – Conforme a Lei n.º 9.099/1995 e o entendimento dos tribunais superiores, a suspensão condicional do processo:

a) não será aplicável em caso de infrações penais cometidas em concurso formal, quando a pena mínima cominada resultante da incidência da majorante for inferior a um ano.

b) será aplicável em caso de infrações penais cometidas em concurso formal, quando a pena mínima cominada resultante da incidência da majorante for superior a um ano, mas não ultrapassar dois anos.

c) não será aplicável em caso de infrações penais cometidas em concurso material, quando a pena mínima cominada resultante do somatório for igual a um ano.

d) não será aplicável em caso de infrações penais cometidas em continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada resultante da incidência da majorante for superior a um ano.

e) será aplicável em caso de infrações penais cometidas em concurso material, quando a pena mínima cominada resultante do somatório for igual ou inferior a dois anos.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RORAIMA

18º PROCESSO SELETIVO

QUESTÃO DISCURSIVA

Em 2017, a Usina Nuclear Rorainópolis I, administrada pela empresa pública federal NuclearBrás, sofreu severo vazamento de material radioativo, o que obrigou a Defesa Civil a evacuar, permanentemente, toda a população do município de Rorainópolis.

Uma semana após o sinistro, o até então desconhecido Exército de Combate ao Glúten, à Lactose e às Gorduras Poliinsaturadas assumiu a autoria do atentado, e divulgou um vídeo no qual um adolescente invade as instalações da usina e danifica os equipamentos, o que causou o vazamento. Ao fim, pediu a proibição de glúten e lactose no Estado de Roraima, assim como restrições à venda de gorduras.

Seu João da Manga, que morava em Rorainópolis e teve que abandonar sua casa, agora imprópria para habitação, pleiteou à Nuclearbrás indenização civil pelos danos materiais e morais que sofreu com o evento.

A empresa alegou que não deu causa ao evento, o qual decorreu de fato exclusivo de terceiro, e, por isso, não deve responder pelos danos alegados por seu João da Manga, razão pela qual se negou a pagar a indenização requerida.

Com base nas informações acima, redija parecer, em **até 30 (trinta) linhas**, dizendo se a pretensão referida deve ser satisfeita ou não. Justifique sua resposta, mencionando os elementos da responsabilidade civil do Estado.

Boa Sorte!